

## Governo admite rever mudanças no BPC para viabilizar pacote



O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan. Gabriela Biló - 6.ago.24/Folhapress

## Governo Lula admite aliviar restrições no BPC para reduzir resistência a pacote de cortes

Número 2 da Fazenda afirma que texto, alvo de críticas, pode sofrer ajustes, mas ideia é preservar impacto fiscal das medidas

Idiana Tomazelli

**BRASÍLIA** O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, disse nesta terça-feira (10) que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pode rever as mudanças propostas no BPC (Benefício de Prestação Continuada) para reduzir resistências ao pacote de contenção de gastos no Congresso Nacional.

A medida tem sido criticada por diferentes bancadas, inclusive a do PT. O diretório nacional da sigla aprovou uma resolução política recomendando debate sobre as mudanças no BPC. Foi uma saída mais branda para evitar a aprovação de um texto crítico ao pacote anunciado no fim de novembro pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda).

"O BPC tem uma preocupação da bancada do PT, que a gente entendeu e vai internalizar. A depender de como for, talvez seja possível fazer um ajuste ou outro menor para que a gente destrave a votação", disse o secretário nesta terça, após participar de encontro com parlamentares da FPE (Frente Parlamentar do Empreendedorismo).

"[Pode haver] Ajustes menores, sem que a gente tenha perda de impacto fiscal. Então, preservando o impacto fiscal e corrigindo, eventualmente, algum conceito ou alguma imprecisão que tenha incomodado não só a bancada do PT, mas outras bancadas também", afirmou.

Na noite de segunda-feira (10), Durigan e o ministro Wellington Dias (Desenvolvimento Social) estiveram com a bancada do partido na Câmara dos Deputados para tratar das medidas, em especial as que envolvem o programa.

O BPC é pago a idosos e pes-

soas com deficiência com renda de até um quarto de salário mínimo por pessoa (o equivalente hoje a R\$ 353).

Uma das medidas do pacote amplia o conceito de família usado para analisar se alguém tem direito ou não ao programa.

A renda do cônjuge ou companheiro, mesmo que não more com a pessoa, passará a contar para a liberação do benefício. Renda de irmão, filhos e enteados, solteiros ou casados, também vão entrar no cálculo, desde que morem no mesmo lar que o requerente.

Na prática, o governo passaria a contabilizar a renda de mais pessoas, tornando mais fácil que o limite do critério seja superado —o que dificulta o acesso ao benefício. Durigan reconheceu que esse é um dos temas que despertaram a preocupação dos parlamentares.

"Eles reconhecem que tem espaço para fraude, mas ao mesmo tempo pode impactar pessoas que de fato teriam direito", afirmou. "Se de fato tiver um medo

de perda de direitos, a gente pode rever, acho que não tem um problema maior com relação a isso", acrescentou o secretário.

Na segunda, o ministro Wellington Dias já havia sinalizado a possibilidade de mudanças no BPC. "O Parlamento tem o poder de aperfeiçoar as propostas que aqui chegam", disse. O governo calcula uma economia de R\$ 2 bilhões ao ano entre 2025 e 2030 com as alterações na política.

Nesta terça, Durigan disse também acreditar que medidas do governo para destravar o pagamento de emendas parlamentares devem contribuir para reduzir a tensão no ambiente político no Congresso Nacional.

O Executivo vai editar uma portaria interministerial para disciplinar regras de pagamento das emendas. Um dos dispositivos vai flexibilizar o prazo de apresentação do plano de trabalho para as transferências especiais (as chamadas emendas "Pix") em 2024.

Nessa modalidade, o dinheiro é transferido diretamente aos caixas das prefeituras e governos sem indicações de projeto. Sua liberação é considerada ponto sensível pelos parlamentares, e a exigência prévia de um plano de trabalho tornaria impraticável destravar as verbas de 2024, dada a proximidade do fim do ano.

Durigan afirmou ainda que o governo mantém a previsão de enviar ainda em 2024 o projeto de lei que trata das mudanças no IR. Junto com o pacote de contenção de gastos, o governo apresentou uma proposta de isentar quem ganha até R\$ 5.000. A alteração valeria a partir de 2026, e a renúncia de receitas seria compensada pela criação de um imposto mínimo para quem ganha acima de R\$ 600 mil por ano.



**Lira diz que falta apoio a temas 'polêmicos', mas não descarta votação**

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse nesta terça (10) que há pontos polêmicos no pacote de corte de gastos que não têm votos suficientes para serem aprovados, mas afirmou que haverá esforço para que as propostas sejam votadas até o dia 20, quando o ano legislativo acaba. Lira citou pontos de BPC, abono salarial e salário mínimo e ressaltou haver insatisfação na Casa sobre o imbróglio das emendas parlamentares.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: A Página: 11